

Bruxelas, 12 de fevereiro de 2025
(OR. en)

5985/25

INST 33
POLGEN 4
AG 11

NOTA DE ENVIO

de:	Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora
data de receção:	12 de fevereiro de 2025
para:	Thérèse BLANCHET, secretária-geral do Conselho da União Europeia
n.º doc. Com.:	COM(2025) 45 final
Assunto:	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Programa de trabalho da Comissão para 2025 Avançar em conjunto: uma União mais audaciosa, simples e rápida

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento COM(2025) 45 final.

Anexo: COM(2025) 45 final

Estrasburgo, 11.2.2025
COM(2025) 45 final

**COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO
CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ
DAS REGIÕES**

Programa de trabalho da Comissão para 2025

Avançar em conjunto: uma União mais audaciosa, simples e rápida

«Os maiores desafios da nossa era — da segurança às alterações climáticas e à competitividade — só podem ser resolvidos através de uma ação conjunta. Perante este cenário, creio que a Europa deve escolher a sua melhor opção: a União.» – Presidente Ursula von der Leyen, 18 de julho de 2024.

1. Rumo a uma Europa forte e unida

Num período de grande instabilidade e de grandes expectativas para os europeus, as escolhas que a União fará este ano provavelmente definirão a Europa durante as próximas décadas. Esta situação reflete as instabilidades e as inseguranças que a Europa enfrenta, que muitos eleitores expressaram em números recorde nas eleições de junho passado para o Parlamento Europeu, o que demonstra a dimensão dos desafios geracionais que temos pela frente. Por outro lado, também é um indício de que uma União **mais audaciosa, simples e rápida**, que utilize o seu tamanho, poder e valores, pode ter um verdadeiro impacto na vida das pessoas: apoiando-as hoje e construindo um futuro mais seguro, mais próspero e mais saudável para as gerações seguintes.

Este programa de trabalho foi criado tendo em conta uma série de **desafios inter-relacionados**. Face ao aumento da concorrência económica e da ameaça à ordem assente em regras, é necessário reforçar a competitividade da economia europeia. Com efeito, temos de eliminar os travões estruturais à competitividade da UE, uma vez que as empresas europeias enfrentam atualmente desafios como concorrência desleal, elevados custos energéticos, escassez de mão de obra e de competências e dificuldades em aceder a capital, e que pretendemos atingir o objetivo a longo prazo da Europa de se tornar o primeiro continente com impacto neutro no clima até 2050. As empresas e os cidadãos também pedem regras mais simples e medidas que permitam uma mudança mais rápida.

A instabilidade geopolítica e a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia mudaram significativamente o panorama da segurança da Europa. A migração ilegal continua a ser uma questão que suscita preocupações, uma vez que os cidadãos precisam de confiar na capacidade de os seus governos e instituições gerirem a situação eficazmente, reconhecendo simultaneamente a necessidade de colmatar a escassez de competências também com a mão de obra proveniente da migração. As alterações climáticas estão claramente a ter um impacto cada vez mais grave na vida quotidiana dos cidadãos e das empresas em toda a Europa, como se pode verificar pelos vários fenómenos meteorológicos extremos dos quais o nosso continente foi palco nos últimos anos. As nossas sociedades têm de ser reforçadas e a nossa qualidade de vida sustentada de forma contínua, desde a nossa segurança alimentar e energética até ao nosso ambiente natural. Os valores fundamentais nos quais assenta a União, incluindo a nossa democracia, estão sob ataque, com provas claras de campanhas de interferência estrangeira.

Tudo isto comprova que os desafios da Europa são demasiado grandes para serem enfrentados individualmente. As nossas oportunidades são demasiado grandes para serem aproveitadas de forma isolada. Só uma **União forte e unida** pode garantir que a Europa continua a produzir bons resultados a nível interno e a projetar a sua influência e os seus interesses no mundo. Esta união salvaguarda os valores europeus, promovendo a democracia, a solidariedade e a igualdade e assegurando que temos um continente socialmente justo em que ninguém fica para trás.

Este é o motor do primeiro programa de trabalho da Comissão para o novo colégio. Enquadrado pelas **orientações políticas e pelas cartas de missão** enviadas pela presidente Ursula von der Leyen a cada membro do colégio, descreve as principais iniciativas que a Comissão tomará no primeiro ano do mandato. Centra-se em medidas audaciosas para reforçar a nossa **segurança, prosperidade e democracia** e responder às questões mais importantes dos europeus. Reflete a necessidade, expressa pelos cidadãos e pelas empresas, de tornar a Europa **mais rápida e simples** na forma como agimos e interagimos e de assegurar que as nossas propostas têm impacto o mais rapidamente possível para apoiar as pessoas e reforçar a nossa economia social de mercado.

A necessidade de impulsionar o investimento nas nossas prioridades será transversal ao trabalho do colégio e a proposta de um novo orçamento a longo prazo definirá a forma de alcançar este objetivo. Tomaremos medidas para nos prepararmos para uma União mais vasta e intensificaremos os esforços para apoiar os países candidatos ao longo de todo o processo de adesão baseado no mérito. Os conflitos e a instabilidade do mundo atual também aumentaram a consciência de que **uma União mais vasta é uma União mais forte**, que torna o nosso continente mais seguro, o nosso mercado mais competitivo e consolida ainda mais a democracia europeia.

2. Simplificação das regras e aplicação efetiva

Há muito que a UE é um polo de indústria e inovação, com uma economia social de mercado única. A fim de ajudar a aumentar a competitividade, a prosperidade e a resiliência na UE, são apresentados **uma visão e instrumentos para uma agenda de aplicação e simplificação** numa comunicação que acompanha o presente programa de trabalho. Ao estabelecer parcerias sólidas com as empresas e as partes interessadas, analisaremos a conceção e a aplicação da nossa legislação para simplificar a regulamentação e aplicar as políticas de forma mais eficaz, o que beneficiará, em primeiro lugar, as pequenas e médias empresas (PME).

O presente programa de trabalho apresenta um primeiro conjunto de propostas abrangentes que simplificam vários atos legislativos, juntamente com um número recorde de iniciativas com uma forte dimensão de simplificação, que contribuirão para alcançar o objetivo de reduzir os encargos administrativos em, pelo menos, 25 % e em, pelo menos, 35 % para as PME. O programa de trabalho inclui também um plano anual de avaliações e balanços de qualidade para assegurar a continuidade do exercício de simplificação e de redução de encargos.

As **propostas abrangentes**, adotadas em etapas subsequentes, dirão respeito aos setores prioritários assinalados pelas partes interessadas e referidos no relatório Draghi. Esforçar-se-ão para assegurar coerência, criar dinamismo e, assim, maximizar a simplificação, centrando-se nas consequências das interações entre diferentes atos legislativos. Na verdade, a Comissão proporá otimizar e simplificar **a comunicação de informações sobre sustentabilidade, o dever de diligência em matéria de sustentabilidade e da taxonomia** e criará **uma nova categoria de pequenas empresas de média capitalização** com requisitos adaptados. Outras medidas facilitarão a aplicação do **Programa InvestEU e do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos**, nomeadamente simplificando a comunicação de informações e impulsionando o investimento.

Aceleraremos a nossa trajetória rumo a um ambiente regulamentar digital e proporemos a supressão de **requisitos ineficientes de formatos em papel** na legislação relativa aos produtos e a criação de sinergias e de um contexto coerente em matéria de **proteção de dados** e de **regras de cibersegurança**. **As medidas de simplificação relativas à política agrícola comum** e a outros domínios de intervenção que afetam os agricultores continuarão a visar as fontes de complexidade e os encargos administrativos excessivos para as administrações nacionais e os agricultores. Exploraremos novas propostas de simplificação, incluindo um possível pacote abrangente no domínio da defesa, a fim de ajudar a alcançar os objetivos de investimento que serão estabelecidos no Livro Branco e permitir o desenvolvimento de empresas inovadoras.

Além das propostas abrangentes, há outras iniciativas que visam simplificar a legislação para otimizar a concessão de licenças, as autorizações e os requisitos de comunicação de informações e facilitar o investimento na Europa. Estas incluem, por exemplo, o **ato legislativo sobre o acelerador da descarbonização industrial**, que apoiará as indústrias com utilização intensiva de energia.

O **plano anual de avaliações e balanços de qualidade** permitir-nos-á analisar de forma crítica o potencial para simplificar, consolidar e codificar o acervo da UE e encontrar oportunidades para reduzir os custos no âmbito dos testes de esforço. A avaliação dos programas e fundos no âmbito do quadro financeiro plurianual constituirá também uma boa oportunidade para averiguar formas de reduzir os encargos associados aos programas financeiros da UE.

Além da simplificação, **a aplicação eficaz da legislação e das políticas da UE é crucial** para garantir o seu bom funcionamento. A Comissão cooperará com o Parlamento Europeu, o Conselho, as autoridades dos Estados-Membros a todos os níveis e com as partes interessadas para resolver a questão da sobre-regulação, simplificar as regras e aplicar políticas de forma mais eficaz, o que exigirá que **todas as instituições adiram firmemente a um ambicioso programa de execução e simplificação**.

A fim de promover um sentimento de **adesão comum a todas as instituições** tendo em vista uma melhoria da aplicação das regras e das políticas, cada comissário apresentará um relatório anual sobre os progressos realizados relativamente à sua execução e aplicação à respetiva comissão parlamentar e formação do Conselho.

A colaboração com as partes interessadas e os profissionais será uma pedra angular da abordagem da Comissão para uma aplicação de sucesso das regras da UE. Os **diálogos regulares sobre a aplicação** entre os comissários e as partes interessadas proporcionarão oportunidades para avaliar os progressos, identificar os domínios que requerem atenção e recolher opiniões sobre o que funciona e o que não funciona.

Nos casos em que as medidas preventivas e a cooperação com os Estados-Membros sejam insuficientes para evitar uma violação do direito da UE, a Comissão continuará **irredutível a instaurar procedimentos de infração**. Com mais de 1 500 procedimentos de infração em curso, este trabalho continua a ser crucial para assegurar a aplicação e execução do direito da UE de forma uniforme em todos os Estados-Membros.

3. Concretizar o nosso plano para uma Europa forte e unida

3.1. Um novo plano para a prosperidade e a competitividade sustentáveis da Europa

Há muito que a Europa é um centro de indústria, inovação e empreendedorismo, com investigadores e universidades de nível internacional, PME prósperas e um quadro jurídico estável. No entanto, a corrida mundial para alcançar a neutralidade climática e assumir a liderança no desenvolvimento das tecnologias que serão determinantes para a economia mundial nas próximas décadas suscita sérios desafios. Problemas estruturais continuam a entrar a competitividade da Europa, colocando as empresas num contexto mundial volátil caracterizado por concorrência desleal, cadeias de abastecimento frágeis, crescentes custos energéticos, escassez de mão de obra e de competências e acesso limitado a capital. Para ajudar a combater esta situação, a **Bússola para a Competitividade** guiará os nossos esforços ao longo deste mandato para reforçar a competitividade da Europa, que é uma das principais prioridades desta Comissão.

O mercado único europeu será um elemento central da nossa futura competitividade: é um dos maiores êxitos da UE, estimula o crescimento económico e facilita o dia a dia das empresas e dos consumidores europeus. Apresentaremos uma nova estratégia horizontal para um mercado único modernizado através da **Estratégia para o Mercado Único**, que definirá uma trajetória clara para facilitar ainda mais a prestação de serviços e o fornecimento de bens a nível transfronteiriço. A estratégia terá igualmente em conta a plena aplicação das regras em vigor e a eliminação de obstáculos para aumentar o potencial das empresas competitivas da UE. Um mercado único sólido exige também uma mobilidade laboral justa e eficaz em toda a União. Ao mesmo tempo, a integração antecipada e gradual dos países candidatos em partes do mercado único reforçará as cadeias de valor europeias e facilitará o processo de convergência.

Centrar-nos-emos, em especial, nas empresas novas e em crescimento, a fim de resolver os problemas que afetam as **empresas em fase de arranque e as empresas em fase de expansão da UE**, sobretudo no que diz respeito ao acesso a financiamento e a infraestruturas, à entrada em novos mercados, à obtenção de dados e à atração dos talentos necessários. Este trabalho preparará o terreno para um ato legislativo sobre a inovação que a Comissão proporá mais tarde durante o mandato. A fim de ajudar as empresas inovadoras a investirem e a operarem no mercado único sem terem de lidar com 27 regimes jurídicos diferentes, a Comissão trabalhará no sentido de criar um 28.º regime jurídico que simplifique as regras aplicáveis e reduza os custos das falências, incluindo todos os aspetos relevantes do direito das sociedades, do direito da insolvência, do direito do trabalho e do direito fiscal.

O **Pacto da Indústria Limpa** está no cerne do nosso plano de colaboração para a descarbonização, a sustentabilidade e a competitividade. Esta iniciativa definirá as estratégias urgentes e a curto prazo para apoiar e criar as condições ideais para que a indústria recupere a competitividade e, ao mesmo tempo, se descarbonize. Ajudará a Europa a alcançar os objetivos do Pacto Ecológico Europeu, melhorando simultaneamente o acesso a energia a preços acessíveis, criando mercados pioneiros e impulsionando a procura e a oferta de materiais, produtos e serviços circulares, bem como reforçando a segurança económica. Paralelamente,

proporemos um plano de ação para tornar a energia mais acessível à Europa para impulsionar o Pacto da Indústria Limpa. Criaremos ainda um novo enquadramento para os auxílios estatais para acelerar a disponibilização das energias renováveis, reforçar a descarbonização industrial e assegurar que temos capacidades de produção suficientes para tecnologias limpas. Reforçaremos também o investimento em energias limpas, desbloqueando capital privado.

Este esforço estará ligado a um conjunto de medidas abrangentes em matéria de integração energética, satisfazendo a necessidade europeia de termos uma melhor infraestrutura de rede digitalizada, com especial destaque para a rede elétrica. Explorará métodos para descarbonizar os sistemas de aquecimento e arrefecimento da Europa e para tornar os cidadãos e as comunidades participantes-chave na transição energética. Além disso, adotaremos um **roteiro para a cessação das importações de energia da Rússia**, a fim de reduzir ainda mais as nossas dependências e eliminar completamente as importações de energia deste país. A Comissão apresentará ainda o Programa Indicativo Nuclear de 2025 e um plano estratégico para a Aliança Industrial Europeia para os pequenos reatores modulares para apoiar a sua aceleração.

Parte do Pacto da Indústria Limpa terá também por objetivo tornar as principais indústrias da Europa mais circulares e sustentáveis, facilitando simultaneamente os processos administrativos e reduzindo os custos de conformidade, de forma a aumentar a sua competitividade. Um pacote relativo à indústria química reforçará a competitividade deste setor da UE e proporcionará um regime mais simples para o registo, avaliação e autorização de produtos químicos, bem como clareza sobre os «produtos químicos eternos». A **revisão específica das regras da UE em matéria de produtos químicos (REACH)** contribuirá para simplificar as regras aplicáveis à indústria química sem comprometer a segurança e a proteção do ambiente.

A fim de facilitar o tão necessário acesso ao investimento e às oportunidades de financiamento, a **União da Poupança e dos Investimentos** desenvolverá um plano abrangente de medidas destinadas a criar um verdadeiro mercado interno de capitais, ajudando as instituições financeiras a produzirem efeitos de escala e a tornarem-se mais competitivas no mercado mundial, contribuindo simultaneamente de forma significativa para a satisfação das necessidades de financiamento sem precedentes da UE. Incluirá uma **revisão do regime para a titularização**, cujo objetivo será estimular o financiamento privado e reforçar a competitividade. Além disso, com a **Ferramenta de Coordenação da Competitividade**, que complementa o Semestre Europeu, alinharemos as reformas e os investimentos, tanto privados como públicos, a nível nacional e da UE, a fim de concretizarmos mais eficazmente as nossas prioridades políticas.

O Pacto da Indústria Limpa será também acompanhado da proposta de uma **meta de redução de 90 % das emissões até 2040**, que será salvaguardada na **Lei Europeia em matéria de Clima**. Antes do encontro da **COP30** em Belém, no Brasil, em novembro de 2025, apresentaremos a nossa visão global em matéria de clima e energia.

A Comissão pretende utilizar as **Ciências da Vida na UE** para impulsionar a inovação no domínio da biotecnologia, reunir recursos, eliminar obstáculos regulamentares, tirar plenamente partido dos dados e da inteligência artificial (IA) e reforçar a implementação destes

elementos. Tendo como alicerce este conhecimento especializado, será fundamental uma bioeconomia próspera para manter a liderança industrial da UE e tornar as nossas indústrias resilientes aos desafios das alterações climáticas, da perda de biodiversidade e da poluição. A **Estratégia para a Bioeconomia** promoverá uma produção, utilização e consumo mais circulares e sustentáveis dos recursos biológicos para os alimentos, os materiais, a energia e os serviços.

A espinha dorsal de uma economia próspera e de uma indústria forte será um sistema de transportes sustentável e funcional, preparado para o futuro, que permita o transporte de produtos sem descontinuidades utilizando diferentes modos de transporte e atravessando fronteiras. A Comissão apresentará um **plano de investimento em transportes sustentáveis**, um quadro estratégico para apoiar a produção e distribuição de combustíveis sustentáveis para os transportes. Incluirá medidas para apoiar a criação acelerada de infraestruturas de carregamento e de abastecimento e o estabelecimento de parcerias específicas de comércio e de investimento ecológicos com países terceiros relativamente a combustíveis renováveis e hipocarbónicos para os transportes.

A condição prévia mais importante para uma economia digital próspera é uma infraestrutura digital fiável e de elevada capacidade. Por conseguinte, o **ato legislativo relativo às redes digitais** criará oportunidades para o funcionamento transfronteiras das redes e da prestação de serviços, reforçará a competitividade da indústria e melhorará a coordenação do espetro.

Juntamente com um melhor acesso a dados, apoiado por um ato legislativo sobre o desenvolvimento da computação em nuvem e da inteligência artificial, trabalharemos também para tirar o máximo partido das oportunidades proporcionadas pela inteligência artificial. Este será o objetivo de um Plano de Ação Continente da IA que abrangerá as **fábricas de IA que promovem ecossistemas de IA competitivos na Europa**, bem como a **Estratégia de Aplicação da IA**. Com a **Estratégia das Tecnologias Quânticas da UE**, seguida de um ato legislativo sobre as tecnologias quânticas, manteremos uma posição de liderança mundial neste setor crítico, salvaguardaremos ativos estratégicos, interesses, autonomia e segurança e evitaremos uma situação de dependência estratégica de fontes de países terceiros. Esta estratégia ajudará a reforçar as nossas próprias capacidades de investigação e desenvolvimento de tecnologias quânticas e produzirá dispositivos e sistemas baseados nas mesmas.

Com a **carteira empresarial europeia**, simplificaremos os intercâmbios entre empresas e entre as empresas e o governo. Além de facilitar o intercâmbio seguro de dados, a carteira empresarial deverá criar novas oportunidades de negócio para os prestadores de serviços de confiança.

As operações espaciais são cruciais para a nossa economia conectada, incluindo serviços inovadores como a monitorização do meio ambiente e do clima. Apresentaremos um **ato legislativo sobre o espaço** para estabelecer um quadro da UE que regule a conduta dos operadores espaciais europeus e proporcione um ambiente empresarial estável, previsível e competitivo. Abordará igualmente a questão dos detritos espaciais, que é cada vez mais premente, e o impacto ambiental das atividades espaciais. Tomaremos ainda medidas para colher os benefícios da economia espacial de forma mais eficaz.

3.2. Uma nova era para a defesa e a segurança europeias

Os recentes acontecimentos geopolíticos sublinham uma vez mais que a segurança europeia deve ser protegida, a fim de garantir a paz, a estabilidade e a prosperidade das nossas economias e da nossa sociedade. **Por conseguinte, é urgente reforçar a preparação para situações de crise e a prontidão em matéria de defesa da Europa**, uma vez que a UE e os Estados-Membros enfrentam ameaças e crises multidimensionais, complexas e transfronteiriças. A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia constitui uma ameaça existencial à segurança europeia e o nosso apoio à Ucrânia tem de continuar sem vacilar. A Europa tem de dispor dos meios para se defender e proteger e para dissuadir potenciais adversários — não podemos correr o risco de não estarmos preparados ou de dependermos excessivamente de outrem. Temos de **criar uma verdadeira União Europeia da Defesa** com uma indústria de defesa competitiva. A Europa deve investir mais, investir melhor, investir em conjunto e investir a nível europeu. Trabalharemos em **estreita cooperação com a OTAN** e outros parceiros próximos e reforçaremos o investimento para fortalecer a nossa base industrial de defesa e as infraestruturas de dupla utilização. Juntamente com a alta representante, apresentaremos um **Livro Branco sobre o futuro da defesa europeia**, a fim de lançar uma ampla consulta sobre o estabelecimento de um quadro da União para as necessidades de investimento na defesa e as capacidades críticas da defesa, bem como para as opções de financiamento.

Da segurança e estabilidade económica ao clima, passando pela tecnologia e a saúde pública, já não podemos simplesmente reagir às crises à medida que estas ocorrem. Temos de capacitar a Europa para melhor antecipar, prevenir e se preparar para as crises. Perante as novas ameaças e insegurança a nível mundial, muitas vezes de natureza híbrida, a **Estratégia da União da Preparação**, baseada no relatório especial de Sauli Niinistö, servirá de alicerce para uma União mais forte, mais bem preparada e mais resiliente. Será complementada por esforços **para apoiar contramedidas médicas contra ameaças para a saúde pública** e por uma **Estratégia de Constituição de Reservas da EU**, que se destinam a melhorar a nossa preparação e resposta a ameaças transfronteiriças. Com o **ato legislativo sobre medicamentos críticos**, reduziremos as dependências de medicamentos e ingredientes críticos, em especial relativamente aos produtos para os quais existem apenas alguns fabricantes ou países fornecedores.

Para fazer face às ameaças cada vez mais complexas à segurança transfronteiriça, a **nova Estratégia Europeia de Segurança Interna** apresentará um conjunto abrangente de ações para conseguirmos antecipar as ameaças, bem como para reforçarmos a resiliência e as capacidades da UE para prevenir e responder a novos crimes e ameaças e aos que já existem. A **Diretiva relativa ao tráfico de armas de fogo** estabelecerá normas de direito penal comuns sobre o tráfico ilícito de armas de fogo, enquanto as **novas regras relativas aos precursores de drogas** reduzirão a sua disponibilidade para o fabrico de drogas ilícitas e tornarão as medidas de controlo mais eficientes. Para fazer face à evolução das ameaças, a Comissão apresentará mais propostas para melhor proteger e reforçar a resiliência das infraestruturas físicas e digitais. Com o **Plano de Ação Europeu para a Cibersegurança dos Hospitais e dos Prestadores de Cuidados de Saúde**, melhoraremos a nossa capacidade de prevenir incidentes de cibersegurança neste domínio extremamente sensível. Agiremos também de forma a proteger melhor as nossas **infraestruturas submarinas**, nomeadamente os **cabos de telecomunicações**,

que são uma parte essencial das infraestruturas digitais críticas e que estão cada vez mais sujeitos a ameaças híbridas.

Além do seu papel na promoção da mobilidade, a política de vistos da UE também tem significativa influência geopolítica. Assim, trabalharemos no sentido de promover os interesses da UE na nossa política de vistos num contexto mundial cada vez mais complexo.

Intensificaremos os nossos esforços para **aplicar o Pacto em matéria de Migração e Asilo**. Para tal, é necessária uma ação coordenada e eficaz, a fim de assegurar uma abordagem firme e justa, que garanta a segurança das fronteiras da UE e permita procedimentos de asilo e de regresso mais rápidos, contribuindo simultaneamente para combater as causas profundas da migração e salvaguardando a proteção dos direitos fundamentais. Será também necessária uma cooperação estreita e contínua através de parcerias abrangentes com os vizinhos do leste e do sul, a fim de ajudar a prevenir a migração ilegal. Neste contexto, a nossa primeira **Estratégia Europeia sobre Migração e Asilo**, de cinco anos, definirá um quadro estratégico prospetivo que orientará a prossecução dos trabalhos no âmbito do Pacto, tendo como base as estratégias nacionais abrangentes dos Estados-Membros da UE em matéria de migração e asilo. Ao mesmo tempo, temos de combater as redes de introdução clandestina de migrantes, evitando assim mais perdas de vidas. Precisamos ainda de procedimentos de regresso mais sólidos e eficazes para as pessoas que não têm o direito legal de permanecer na UE, em complemento do trabalho com os parceiros de países terceiros para reforçar a readmissão. Para complementar o Pacto, apresentaremos uma **nova abordagem comum em matéria de regresso**, com um novo quadro legislativo para acelerar e simplificar o processo de regresso, juntamente com o trabalho com parceiros de países terceiros para reforçar a readmissão. Esta nova abordagem também tirará o máximo partido do potencial da digitalização.

3.3. Apoiar as pessoas, reforçar as nossas sociedades e o nosso modelo social

O **modelo social único da Europa, que é muito valorizado**, é simultaneamente uma pedra angular da sociedade e uma vantagem competitiva. No entanto, as crises recentes têm-no posto em causa devido ao seu impacto no custo de vida, na habitação e nas desigualdades. Esta situação é ainda agravada pelas rápidas mudanças tecnológicas, demográficas e pelas transições setoriais em curso. Uma das principais prioridades desta Comissão será, portanto, o **reforço da justiça social**. Ao salvaguardar o nosso modelo social e ao garantir a equidade numa economia em transformação, conseguiremos assegurar a prosperidade e aproveitar as oportunidades que as transições ecológica e digital proporcionam.

Desde 2017 que os princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais orientam os esforços para enfrentar os desafios comuns em matéria de emprego, competências e questões sociais. Estes princípios foram transformados em ações concretas através de um plano de ação específico com grandes metas para 2030. É crucial dar prioridade à continuação da sua execução e intensificaremos os esforços através de um **novo Plano de Ação para a Aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais**.

De forma a assegurar uma transição ecológica, digital e social justa, e tal como assumido na Cimeira dos Parceiros Sociais de Val Duchesse e na Declaração Tripartida para um Diálogo

Social Europeu Próspero, concluiremos, juntamente com os sindicatos e os empregadores europeus, um novo Pacto para o Diálogo Social. Ao mesmo tempo, continuaremos a consultar os parceiros sociais sobre todas as questões que considerem relevantes. A Comissão está igualmente empenhada em continuar a reforçar a participação dos jovens e em assegurar que as perspectivas dos jovens são integradas na elaboração de políticas. Através de uma série Diálogos sobre a Política de Juventude, juntamente com outras iniciativas, os pontos de vista dos jovens contribuirão para a elaboração das políticas da UE.

Para tirar o máximo partido das indústrias culturais e criativas da Europa, que são dos setores mais dinâmicos e competitivos da nossa economia, criaremos um quadro para utilizar as múltiplas dimensões da nossa cultura e do nosso património cultural.

Num mundo em transformação, temos de garantir que todos os trabalhadores têm a educação e a formação de que necessitam. A **União das Competências** colmatará as lacunas em matéria de competências e de mão de obra, assegurando que as nossas empresas têm acesso à mão de obra qualificada necessária para impulsionar a sua produtividade e competitividade. Assegurará também que os nossos sistemas de educação e formação disponham das ferramentas adequadas para preparar os europeus de todas as gerações para um futuro em rápida mudança, através de uma educação, formação e aprendizagem ao longo da vida inclusivas e de elevada qualidade. Ao mesmo tempo, trabalharemos para garantir **empregos de qualidade**, com condições de trabalho dignas, padrões de qualidade elevados em matéria de saúde e segurança e negociação coletiva.

Os consumidores desempenham um papel fundamental na nossa economia social de mercado, contribuindo para o crescimento sustentável e para um mercado único mais competitivo. Legislação pioneira adotada recentemente, como o Regulamento dos Serviços Digitais e o Regulamento dos Mercados Digitais, teve um impacto positivo na proteção dos consumidores. Contudo, temos de continuar a trabalhar para colmatar as lacunas, proteger os consumidores vulneráveis e assegurar a aplicação da legislação. A **próxima Agenda do Consumidor de 2025-2030** incluirá um novo **plano de ação para os consumidores no mercado único**, assegurando uma abordagem equilibrada que protege os consumidores sem sobrecarregar as empresas com burocracia.

3.4. Manter a nossa qualidade de vida: agricultura, segurança alimentar, água e natureza

A Europa precisa de um abastecimento seguro e a preços acessíveis de alimentos locais de qualidade, produzidos de forma sustentável do ponto de vista social e ambiental, que ofereça aos agricultores um rendimento justo e suficiente, que assegure a competitividade a longo prazo da agricultura europeia e que respeite e proteja o nosso ambiente natural.

Com base nos resultados do diálogo estratégico sobre o futuro da agricultura na UE, uma **Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar** assegurará um quadro estável para os agricultores e estabelecerá um roteiro para as principais propostas estratégicas. Esta visão oferecerá igualmente uma perspectiva de longo prazo para os operadores das empresas, incluindo agricultores, pescadores, PME e outros intervenientes na cadeia alimentar.

Os oceanos e os mares desempenham um papel importante para a prosperidade, a sustentabilidade e a segurança da Europa, nomeadamente devido à sua capacidade única de regular o clima como o maior sumidouro de carbono do planeta. É vital agirmos para preservar os nossos oceanos, tanto hoje como para as gerações futuras. O **Pacto dos Oceanos** criará um quadro de referência único para todas as políticas relacionadas com os oceanos e estabelecerá uma abordagem abrangente em relação aos oceanos em todas as suas dimensões.

A gestão sustentável da água é um dos maiores desafios que enfrentamos no que diz respeito ao impacto das alterações climáticas. As inundações e as secas estão a tornar-se a norma, como demonstram os trágicos acontecimentos que marcaram a Europa nos últimos anos. No que diz respeito à **resiliência hídrica**, adotaremos uma abordagem da nascente até ao mar e tomaremos em consideração os diferentes desafios das nossas regiões e setores, a fim de assegurar que as fontes de água são adequadamente geridas, combater a escassez e a poluição da água e aumentar a competitividade da nossa indústria da água.

3.5. Proteger a nossa democracia, defender os nossos valores

A democracia, o Estado de direito e os direitos fundamentais são as fundações em que assenta a União Europeia. No entanto, não podem ser considerados um dado adquirido no atual mundo fragmentado e polarizado. É nossa responsabilidade comum **defender, proteger e cultivar ininterruptamente os nossos valores fundamentais**. Por este motivo, a Comissão aprofundará e intensificará o seu trabalho para enfrentar os desafios que se colocam ao nosso sistema democrático, fazendo cumprir o Estado de direito em todos os Estados-Membros e criando uma sociedade inclusiva que permita a todos alcançar o seu potencial. Neste aspeto, a Comissão manterá o diálogo com os Estados-Membros a este respeito e continuará a elaborar o relatório anual de acompanhamento do Estado de direito, de forma a incluir aspetos relativos ao mercado único.

As democracias da União Europeia e de todo o mundo estão a ser atacadas pelo aumento do extremismo, pelas ameaças contra jornalistas, pela interferência eleitoral, pela propagação da manipulação de informações e por várias formas de ameaças híbridas. A digitalização agrava ainda mais esta situação, uma vez que permite a divulgação da desinformação com uma rapidez sem precedentes. O **Escudo da Democracia** combaterá estas ameaças, em constante evolução, à nossa democracia e aos nossos processos eleitorais. As organizações da sociedade civil desempenham um papel importante na proteção das instituições e sistemas democráticos e esta Comissão intensificará o seu empenho **em apoiar, proteger e capacitar a sociedade civil**.

A Europa realizou progressos históricos em matéria de igualdade de género, desde a transparência salarial e o equilíbrio entre homens e mulheres na direção das empresas até ao equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada e aos salários mínimos adequados. Contudo, ainda há muito a fazer. Um **Roteiro dos Direitos das Mulheres** definirá, em preparação do Dia Internacional da Mulher de 2025, o nosso empenho constante em termos de direitos e princípios.

Apesar de a discriminação com base no género, na deficiência ou na orientação sexual não ter lugar na nossa sociedade, faz parte da realidade quotidiana de muitas pessoas na Europa.

Integraremos a igualdade em todas as políticas e apresentaremos novas estratégias em relação às pessoas **LGBTIQ** e à **luta contra o racismo**.

3.6. Uma Europa global: fazer bom uso do nosso poder e das nossas parcerias

Num contexto mundial, em que a ordem internacional assente em regras está cada vez mais sob pressão, a **UE tem de ser mais assertiva para atingir os seus interesses estratégicos**, o que inclui defender a nossa abertura comercial e económica, que é crucial para a prosperidade europeia, bem como apresentar uma oferta alargada no ambiente digital. A nossa principal prioridade será apoiar a Ucrânia o tempo que for necessário e trabalhar em prol da sua liberdade face à guerra de agressão da Rússia. Este objetivo será alcançado se nos mantivermos na trajetória rumo a um futuro estável e seguro para a Ucrânia como parte de uma União alargada.

O futuro do Médio Oriente e do Norte de África está atualmente a ser reescrito. A UE deve contribuir para este processo e continua empenhada numa paz justa, abrangente e duradoura no **Médio Oriente**, com base na solução de dois Estados. Continuaremos a trabalhar neste sentido. A UE deve também reforçar a cooperação com o Líbano, a Jordânia, o Iraque, o Egito e o Mar Vermelho, e tirar partido dos progressos já alcançados através da Parceria Estratégica UE-Golfo. Devemos estabelecer uma nova parceria com a Síria e rever a estratégia relativa ao Irão.

O **Pacto para o Mediterrâneo** visa reforçar a cooperação na região e promover parcerias mutuamente benéficas para ambas as margens do Mediterrâneo. Este processo centrar-se-á nas pessoas e no investimento sustentável, na estabilidade económica, na criação de emprego, na energia, na gestão sustentável de recursos, na conectividade, na segurança e na migração e mobilidade, tendo sempre em vista os interesses e valores comuns.

Do mesmo modo, é necessária uma nova abordagem estratégica para a região do **Mar Negro**, a fim de reforçar a estabilidade e a resiliência.

Colaboraremos com a Índia, o nosso principal parceiro na Ásia, para elaborar uma nova **Agenda Estratégica UE-Índia**. Na sequência da visita do colégio à Índia no início do mandato, esta nova agenda adotará uma abordagem abrangente para identificar os domínios de interesse estratégico comum e as iniciativas que ajudarão a defender esses interesses, em consonância com as prioridades comuns.

Ao fazer com que a Estratégia Global Gateway passe da fase de arranque à fase de expansão através do recurso a financiamento privado para o investimento sustentável em países parceiros, pretendemos reforçar a nossa capacidade de investimento estratégico nos países parceiros, em especial identificando medidas políticas específicas que possam ser aplicadas a nível da UE para eliminar os obstáculos ao financiamento sustentável nos países de baixo e médio rendimento. Além disso, avaliaremos, no contexto político mais amplo, a melhor forma de colmatar a fragilidade dos países e contextos, no âmbito das atuais disponibilidades orçamentais, alinhando políticas e utilizando todos os instrumentos pertinentes à disposição.

3.7. Concretizar objetivos em colaboração e preparar a nossa União para o futuro

Nos últimos cinco anos, a União iniciou uma transformação ambiciosa, superando simultaneamente as crises que todas as nossas gerações enfrentam, desde a pandemia de COVID-19 até à guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e aos subsequentes impactos económicos. A UE adotou legislação pioneira para avançar na dupla transição e reforçar a resiliência. É agora essencial dar prioridade à execução e assegurar que a União está preparada para o futuro, tanto a nível financeiro como institucional, tendo como alicerces uma relação fortalecida com as instituições da UE.

A Comissão apresentará um novo **orçamento europeu a longo prazo** (quadro financeiro plurianual). Estará mais alinhado com as prioridades e objetivos da UE, sendo direcionado, de forma flexível, para onde a ação da UE for mais necessária. Funcionará de uma forma mais simples, terá um impacto maior e utilizará melhor o nosso orçamento para mobilizar mais financiamento nacional, privado e institucional.

Cerca de 21 anos depois da maior vaga de alargamento e com a visão de fortalecer a União através de um processo de adesão baseado no mérito, temos de garantir que estamos preparados para uma União mais vasta. Graças aos ensinamentos retirados dos alargamentos anteriores, a UE está atualmente mais bem preparada para garantir que é um catalisador do progresso e que o seu alargamento é acompanhado de uma maior força. As **revisões das políticas antes do alargamento** continuarão a avaliar as consequências e os impactos do alargamento em todas as políticas da UE, a identificar lacunas políticas, a especificar medidas para transformar desafios em oportunidades e a explorar opções para melhorar a governação e a capacidade da UE para agir rapidamente, garantindo que as nossas políticas continuem a dar resultados eficazes numa União mais vasta.

Esta Comissão **fortalecerá as relações com o Parlamento e o Conselho**, garantindo a transparência, a responsabilização e a melhoria dos fluxos de comunicação e de informação. Todos os comissários estarão presentes no Parlamento Europeu, colaborarão com os Estados-Membros e participarão nas formações pertinentes do Conselho. Trabalhando em conjunto com o Parlamento, reveremos rapidamente o nosso acordo-quadro, reforçando simultaneamente a cooperação em relação às resoluções adotadas pelo Parlamento que apelam à apresentação de propostas legislativas com base no artigo 225.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, e justificaremos devidamente a utilização do artigo 122.º do mesmo em circunstâncias excecionais e de emergência.

4. Revisão das propostas que aguardam o acordo do Parlamento Europeu e do Conselho

A Comissão analisou cuidadosamente todas as propostas que aguardavam a adoção do Parlamento Europeu e do Conselho no início do mandato e **avaliou se deveriam ser mantidas, alteradas ou retiradas**, tendo em conta as prioridades políticas do novo mandato e a probabilidade de serem adotadas num futuro próximo. Neste processo, a Comissão examinou atentamente os pontos de vista expressos pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho.

Na sequência desta avaliação, a Comissão tenciona retirar 37 propostas pendentes, enumeradas no anexo IV, que inclui uma explicação dos motivos da retirada. O Parlamento Europeu e o Conselho podem assim comunicar os seus pontos de vista antes de a Comissão decidir se deve ou não proceder às retiradas previstas.

As restantes propostas pendentes constam do anexo III.

5. Conclusão

O início do mandato desta Comissão coincide com um momento de grande turbulência a nível mundial, mas oferece também importantes oportunidades para construir a Europa de amanhã. Este programa de trabalho põe em marcha as ações previstas para **concretizar os ambiciosos objetivos políticos e prioridades** que definimos para este mandato. Apresenta estratégias-chave, planos de ação e iniciativas legislativas que constituirão os **pilares dos trabalhos futuros** para este período, a fim de concretizar a nossa ambição de construir uma Europa forte, segura e próspera.

As iniciativas que apresentaremos, juntamente com a necessária **determinação e união**, ajudar-nos-ão a enfrentar os nossos desafios. A União tem demonstrado repetidamente o que consegue alcançar quando age como uma unidade. Esta Comissão trabalhará em estreita colaboração com as instituições da UE, os governos nacionais e regionais, o setor privado, os parceiros sociais, os cidadãos e a sociedade civil. Ao unir forças, reforçaremos a União, assegurando que esta atue nos domínios onde gera valor acrescentado e que responda às aspirações dos cidadãos, das empresas e das partes interessadas.